



LEITURA LITERÁRIA E SUA ESCOLARIZAÇÃO

Lucas Rodrigues Oliveira (PGEDU-UEMS)¹

José Antonio de Souza (UEMS)²

Introdução

Ao ler um texto literário, certamente, busca-se encontrar ali uma obra que levará o leitor a um prazer: prazer estético. Por ser uma arte, a literatura precisa ser lida buscando a fruição literária, afinal, enquanto arte, os textos literários não tem em si função de educar, conscientizar ou moralizar os leitores. No ambiente escolar, eles precisam ser desenvolvidos com os alunos, em todos os níveis de ensino, com o intuito de oportunizar novas experiências, o conhecimento de novas situações, vivências e culturas – mas, principalmente, buscando o prazer.

Tendo em vista que a prática de leitura é essencial para o desenvolvimento humano em todos os níveis e sabendo que a escola, como disseminadora de cultura, é também responsável por oportunizar o acesso a essa prática, entende-se a importância de refletir sobre como a escolarização da leitura tem acontecido nas escolas brasileiras, isto é, pensar e repensar sobre como as obras literárias são inseridas nas aulas de Língua Portuguesa e Literatura.

Sem dúvida, a prática de leitura literária é um desafio para as escolas de todos os níveis, mas, ao mesmo tempo, não se pode perder de vista que por meio da leitura é que os alunos são formados desde as primeiras experiências escolares, o letramento e a alfabetização são exemplos claros de como a leitura permeia o desenvolvimento dos alunos no ambiente escolar. Então, pelo fato de a leitura fazer parte de todas as fases do ensino de uma escola, é necessário que a sua utilização aconteça do modo mais eficiente possível.

¹ Aluno Regular do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba, bolsista PIBAP, vinculado à linha de pesquisa *Linguagem, Educação e Cultura*. Docente da rede pública de ensino do município de Chapadão do Sul/MS.

² Doutor em Letras pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba, vinculado à linha de pesquisa *Linguagem, Educação e Cultura*.

A escola, em seu trabalho com leitura, é muito criticada; afinal, observa-se que o modelo de projeto de leitura literária em voga na maioria das escolas brasileiras, seja pública ou privada, resume-se à leitura de pequenos trechos literários postos nos livros didáticos – que é a base das aulas de muitos professores – ou mesmo obras literárias completas, contudo, seguida de trabalhos enfadonhos que, em muitos casos, gera a aversão dos alunos em relação à leitura.

Assim, o objetivo desse artigo é refletir sobre como a leitura literária acontece nas escolas brasileiras, nas aulas de Língua Portuguesa (ensino fundamental) e Literatura (ensino médio), tentando perceber de que forma as atividades relacionadas à prática da leitura literária contribuem para o desenvolvimento do educando.

1. Funções da Literatura

Se todo ser humano – de todos lugares e épocas – é capaz de imaginar e, sendo assim, pode transformar e criar novas realidades, pode-se dizer, então, que a arte é uma manifestação universal. Todos os povos, “civilizados” ou não, sobre os quais se tem conhecimento, possuem cultura e a expressam artisticamente. Com esses pressupostos, sabendo que a literatura é uma arte, entende-se que ela é essencial para a constituição das pessoas.

A literatura não se constitui apenas por ser uma necessidade do ser humano, mas também por ser um de seus direitos. Em “O direito à literatura”, Candido (1995) discorre sobre o fato de o ser humano ter direito à arte: “[...] a literatura concebida no sentido amplo [...] parece corresponder a uma necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito.” (CANDIDO, 1995, p. 242).

Essa arte das palavras produz humanização nos indivíduos que a ela tem acesso: “[...] talvez não haja equilíbrio social sem a literatura. Deste modo, ela é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade [...]”. (CANDIDO, 1995, p. 243).

Não é simples pensar na função de uma arte, mas Zilberman (2008, p. 24), poeticamente, diz que “[...] o texto artístico talvez não ensine nada, nem se pretenda a isso; mas seu consumo induz a algumas práticas socializantes, que, estimuladas, mostram-se democráticas, porque igualitárias”.

Há um questionamento muito comum – principalmente por parte dos alunos – sobre o motivo pelo qual se estuda literatura ou outra arte. Leyla Perrone-Moisés, em seu texto “O ensino da literatura” (2008), sintetizando aquilo que dizem outros escritores, justifica o ensino/aprendizagem dessa arte:

[...] porque ensinar literatura é ensinar a ler, e sem leitura não há cultura; porque os textos literários são aqueles em que a linguagem atinge seu mais alto grau de precisão e sua maior potência de significação; porque a significação, no texto literário, não se reduz ao significado (como acontece nos textos científicos, jornalísticos, técnicos), mas opera a interação de vários níveis semânticos e resulta numa possibilidade teoricamente infinita de interpretação; porque a literatura é um instrumento de conhecimento e autoconhecimento; porque a ficção, ao mesmo tempo em que elimina a realidade, mostra que outros mundos, outras histórias e outras realidades são possíveis, libertando o leitor do seu contexto estreito e desenvolvendo nele a capacidade de imaginar, que é um motor de transformação histórica; porque a poesia capta níveis de percepção, de fruição e de expressão da realidade que outros tipos de textos não alcançam [...]. (MOISÉS, 2008, p. 18).

Todo o texto referenciado e citado anteriormente é essencial para o entendimento da literatura e seu ensino, mas esse trecho citado é especial: um compilado, como ela mesma adianta, do pensamento de muitos teóricos sobre o tema, mostrando que a literatura tem não só uma, mas várias funções na formação de uma pessoa.

Seriam necessárias inúmeras palavras para explorar todas as informações do trecho citado de Perrone-Moisés (2008); por isso, serão destacadas algumas que mais chamaram a atenção. Para ela, a literatura e a leitura estão intrinsecamente ligadas: ao ensinar a literatura, ensina-se também a ler. Porém, não uma leitura de decodificação, mas sim uma prática mais profunda. O ensino de literatura e leitura é constituinte também da cultura da sociedade.

Na literatura, como esclarece a autora, a significação é diferente dos outros textos: não há restrição ao significado, mas uma abertura de inúmeras interpretações possíveis, possibilitadas pelo trabalho estético do autor e também pela recepção da obra literária no momento da leitura.

O fato de que a literatura é instrumento de conhecimento do outro e de autoconhecimento é outro trecho que chama a atenção. Que, por meio da leitura, é possível conhecer o outro, novos mundos e situações, já é uma rica condição propiciada pela literatura; todavia, a característica de oportunizar ao leitor o seu autoconhecimento é fascinante – afinal, conhecer-se é uma tarefa de toda a vida do ser humano.

A literatura tem também a função de libertar o leitor (e o autor) de sua realidade. Perrone-Moisés (2008) usa a expressão iluminar a realidade, que pode ser compreendida como a capacidade da literatura utilizar-se da realidade e das experiências vividas, mas de uma forma transformada – a literatura vista como um reflexo iluminado da realidade.

Dissertando sobre as funções da literatura, Umberto Eco, em “Sobre a literatura”, enfatiza que nem seria necessário delimitar as funções dessa arte; mesmo assim, o faz. Para o autor, a literatura “mantém em exercício, antes de tudo, a língua como patrimônio coletivo”. E o escritor ainda esclarece que “a língua vai para onde quer, mas é sensível às sugestões da literatura.” (ECO, 2003, p. 10).

Assim, evidencia-se como a literatura contribui para língua de uma sociedade. Ao mesmo tempo em que a arte literária contribui para a língua como patrimônio coletivo, Eco diz que ela “mantém em exercício também a nossa língua individual.” (ECO, 2003, p. 11).

Sobre a função da literatura, enfatiza-se um equívoco muito usual nas escolas brasileiras, infelizmente: acreditam que a literatura é um instrumento por meio do qual o docente pode “inculcar” valores sociais em seus alunos. Essa instrumentalização da arte é combatida por Candido (1995); ele mostra que a literatura possui três faces: ela é um objeto contruído; é uma forma de expressão e, também, é uma forma de conhecimento. Candido (1995, p. 245) sintetiza que “Em geral pensamos que a literatura atua sobre nós [...] porque transmite uma espécie de conhecimento, que resulta em aprendizado, como se ela fosse um tipo de instrução. Mas não é assim.”

Com todos os elementos (forma, gênero, tipo de texto, sentimentos, ideias, preocupações estéticas) com os quais a literatura se ocupa, é mesmo um equívoco pensar que ela teria apenas a função de educar/instruir.

2. Escolarização da leitura literária

Optando pelo vocábulo escolarização fica evidente a percepção de que objetiva-se refletir sobre como a leitura literária é realizada na escola ou por meio da escola - uma vez que as leituras podem acontecer no próprio ambiente escolar, mas podem também ser solicitadas na escola para serem concretizadas em casa ou em outros ambientes.

Destaca-se também que a leitura literária pode ser inserida em vários momentos durante a trajetória escolar de um aluno: na educação infantil e anos iniciais do ensino

fundamental, as leituras mais comuns são as dos clássicos infantis e de obras da literatura infantil; depois, aparecem as obras infanto-juvenis e, no nono ano e todo ensino médio, os alunos tem contato com as obras do cânone literário, *best-sellers*, séries estrangeiras, além de outras obras possíveis.

Nesse cenário, importa refletir sobre como essas leituras são abordadas pelos docentes com os alunos e o que tem ocasionado, em muitos casos, a aversão de alguns estudantes em relação às obras literárias, ou mesmo o insucesso em relação à formação de leitores nessas etapas de ensino. Nesta seção do trabalho serão discutidas apenas algumas informações sobre o tema. A terceira seção dará maior destaque para a questão da leitura literária, focalizando seu ensino/aprendizagem no ensino médio.

Magnani (1995) é enfática ao criticar esse projeto de leitura literária em voga na maioria das escolas brasileiras, seja ela pública ou privada:

Penso ser possível e necessário questionar essa lógica perversa, de acordo com a qual as práticas escolares de leitura, resumindo-se ao entretenimento, à fortuita repetição do mesmo, à confirmação da experiência imediata e à uniformização de significações, impedem a conquista do direito de buscar o diferente e o desconhecido, o direito de saber o que de *mais alto* se pode buscar, o direito de aprender a conhecer e formular necessidades diferentes das que são apresentadas como evidências e de aprender, ainda mais, a satisfazer essas necessidades; de acordo com a qual, enfim, professores e alunos acabam por viver uma privação semelhante a de satanás, após a queda dos céus. (MAGNANI, 1995, p. 33).

A autora está se opondo a um projeto de leitura literária no qual os professores e alunos estão presos por sugestões e indicações superiores que visam a adequabilidade das obras em relação ao público receptor. Em relação a essas indicações, a autora aborda a circularidade da privação da leitura: o mercado editorial lança suas sobras, as escolas e professores tomam para si essas obras e indicam aos seus alunos. Por serem, na maioria das vezes, obras fáceis de ler, representativas do cotidiano dos alunos, esses leitores aproximam-se delas. Partindo desse gosto do aluno, o mercado editorial lança mais obras nesses níveis – e o efeito circular não para.

Além da crítica, Magnani (1995) sugere modos de se abordar as obras literárias na escola, buscando oportunizar aos alunos, de fato, contato com a leitura literária e enfatiza que “uma diversidade também de textos literário pode ser lida na escola e, mesmo os considerados equivocadamente *difíceis* [...] precisam ser oferecidos aos alunos (e professores), sem censura nem adaptação nem fragmentação” (MAGNANI, 1995, p. 39). A autora mostra, mais adiante

em seu texto, que essas leituras permitem a autonomia do leitor e o desprendimento dos padrões de leituras que, às vezes, não são produtivos.

No ambiente escolar, a literatura sempre esteve presente, no entanto, nem sempre cumpriu com suas funções relativas aos aspectos literários. Martins e Versiani (2008) apontam para o fato de que, antigamente, as antologias e os livros didáticos contemplavam tão somente os textos literários. Porém, as atividades propostas na sequência desses textos eram exercícios escritos que tinham o intuito de provar que os alunos sabiam ler/escrever e ainda para questionar sobre a única interpretação possível, proposta para os textos. As autoras ainda mencionam que, nesses materiais didáticos, haviam exercícios gramaticais de análise morfológica, semântica ou sintática.

Nas mediações escolares de leitura literária, muitas vezes se observa a perda de elos entre as instâncias do conhecimento no praser e o prazer no conhecimento, perda que pode ser percebida tanto nos documentos oficiais, que, ao prescreverem orientações, deixam indicadores do atual quadro do ensino da literatura que tornam visíveis tendências do que acontece na escola, como na observação do que ocorre nas práticas escolas de leitura literária. (MARTINS; VERSIANI, 2008, p. 13).

Como visto, a literatura sempre esteve presente nas escolas brasileiras; às vezes, ela não era contemplada considerando-a como uma arte, buscando a fruição, o prazer da leitura. A citação anterior ainda enfatiza que as leis que orientam e organizam a educação brasileira, por vezes, refletem – ou são o modelo – das ações docentes na escola.

3. Literatura no ensino médio: espaços para a leitura literária

A importância da literatura para o ser humano é indiscutível, assim como o fato de se reconhecer que a leitura literária não é uma simples decodificação de texto, muito embora, como se sabe, esse equívoco é bastante presente nas escolas; essas últimas afirmações foram os temas das duas primeiras seções desse artigo. Objetiva-se, agora, baseado em todas as reflexões feitas até este ponto, pensar um pouco mais sobre a leitura literária, mas com o enfoque especial ao ensino médio – que é o primeiro momento em que a literatura aparece como disciplina.

Abordando a questão da literatura, Moisés (2008) expõe uma nova indagação acerca de seu ensino; nesse caso, especificamente destinada a alunos do ensino médio; a autora

questiona-se em relação ao motivo do ensino de literatura, tendo em vista ser algo tão complexo:

Exatamente por ser complexo, a leitura do texto literário exige uma aprendizagem que deve ser iniciada na juventude; porque os textos literários podem incluir todos os outros tipos de texto que o aluno deve conhecer, para ser um cidadão apto; porque a literatura, quando o leitor dispõe de uma capacidade de leitura que não é inata, mas adquirida, dá prazer (e a função do professor é exatamente a de demonstrá-lo). (MOISÉS, 2008, p. 18).

É perceptível que na sociedade contemporânea, cada vez mais imediatista, busca-se por informações e conhecimentos que aconteçam de modo rápido; isso se deve, certamente, à massificação da internet, pois as pessoas, com seus *notebooks*, *tablets* e *smartphones*, tem acesso a várias informações, notícias, pequenos textos pessoais – nas redes sociais – e tantos outros tipos de textos. Nesse cenário, pode-se perceber que a literatura, seja ela impressa ou mesmo digital, perde espaço.

Todavia, é necessário que a literatura, nesse caso pensada especificamente no espaço escolar, seja difundida de modo eficaz, procurando fazer com que o interesse dos alunos seja despertado com relação a essa arte, que, tem muita influência na busca pela formação de alunos leitores.

No Brasil, como disciplina específica, a Literatura só começa a ser ministrada a alunos de ensino médio. Mas, é importante lembrar que, por determinação de toda legislação da educação básica brasileira, essa disciplina já permeia os estudos da disciplina de Língua Portuguesa em todo o ensino fundamental.

É justamente no ensino médio que se pode questionar o ensino de literatura, enquanto arte. Sabe-se que, com uma ou, no máximo, duas aulas semanais o professor da disciplina de Literatura, em muitos casos, precisa ficar preso a fatos históricos e/ou características do período literário, focalizando apenas o contexto histórico, nomes e características de obras e autores e análise de trechos de obras; de tal modo que:

[...] o estudante não entra em contato com a Literatura mediante a leitura dos textos literários propriamente ditos, mas com alguma forma de crítica, de teoria ou de história literária. [...] Para esse jovem, Literatura passa a ser então muito mais uma matéria escolar a ser aprendida em sua periodização do que um agente de conhecimento sobre o mundo, os homens, as paixões, enfim, sobre sua vida íntima e pública. (TODOROV, 2009, p.10).

É preocupante essa constatação, pois, ao observar que a disciplina de Literatura se preocupa mais com datas, nomes e características perde-se o enfoque principal: a preocupação estética com as obras e, além disso, o prazer da leitura. Isso não quer dizer que as características dos períodos literários e os estudos da biografia e bibliografia dos autores não sejam importantes, pelo contrário, afirma-se que esses estudos precisam acontecer, porém, o ensino de literatura poderia dar primazia ao estímulo pela leitura e valoração dos aspectos estéticos das obras literárias.

Sobre essa abordagem historiográfica nas aulas da disciplina de Literatura no ensino médio, Cereja (2005, p.89) afirma que:

Ensinar literatura brasileira e literatura portuguesa, com base na descrição de seus estilos de época, de suas gerações, autores e obras mais importantes tornou-se um expediente tão comum nas escolas, que para muitos professores é praticamente impossível imaginar uma prática de ensino diferente dessa.

Uma importante normatização para o ensino de literatura no ensino médio é o texto do MEC intitulado: “Orientações Curriculares para o Ensino Médio: linguagens, códigos e suas tecnologias”. Nesse texto normativo, pode-se observar a seguinte orientação sobre aquilo que deve ser ensinado em Literatura do ensino médio:

Para cumprir com esses objetivos, entretanto, não se deve sobrecarregar o aluno com informações sobre épocas, estilos, características de escolas literárias, etc., como até hoje tem ocorrido, apesar de os PCN, principalmente o PCN+, alertarem para o caráter secundário de tais conteúdos: *Para além da memorização mecânica de regras gramaticais ou das características de determinado movimento literário, o aluno deve ter meios para ampliar e articular conhecimentos e competências que [...] (PCN+, 2002, p. 55). Trata-se, prioritariamente, de formar o leitor literário, melhor ainda, de letrar literariamente o aluno, fazendo-o apropriar-se daquilo a que tem direito. (OCNEM, 2006, p. 54).*

É preciso ir além e apresentar aos alunos mais do que datas e nomes, mostrar-lhes que a literatura, além de proporcionar prazer, contribui para o aperfeiçoamento de sua escrita – que é um fator importante para os alunos do ensino médio., Zilberman e Rosing (2009, p.118) mostram que:

O trabalho com a literatura, na escola, além de possibilitar uma conscientização de diferenças entre o espaço oral e o espaço escrito, enseja também uma modelização textual ao aluno, incluindo em seu repertório novos gêneros e modalidades de escrever e proporcionando-lhe o contato com uma realidade linguística diferente daquela com que normalmente está habituado a lidar.

Nesse sentido, é preciso refletir sobre o texto literário como objeto e com relação ao seu objetivo:

Sabe-se que, na história do livro didático de língua portuguesa no Brasil, por exemplo, houve época em que todos os textos eram literários, mas a leitura deles servia a interesses não-literários, com predominância dos estudos de conteúdos gramaticais. Líamos trechos belíssimos d'*Os Lusíadas* para aprender análise sintática. Então, o memo sendo poético o objeto da leitura, não o eram os objetivos dela. (PAULINO, 2008, p. 57).

Infelizmente, a ocorrência explicitada na citação anterior é algo ainda comum no cotidiano escolar contemporâneo brasileiro, inclusive essa abordagem é prescrita pelos e nos livros didáticos adotados na educação pública – contudo, não se pode afirmar que literalmente todo texto literário seja utilizado como pretexto para o ensino de outro conteúdo, pode-se apenas afirmar que isso é mais comum do que o ideal.

De modo introdutório, pode-se dizer que, tanto por meio das normativas federais para a educação básica, como pela forma que o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM está focalizando suas questões nos últimos anos, as aulas de Literatura, nessa fase do ensino, precisarão ser revistas, a fim de que os alunos, realmente, saiam do ensino médio prontos para participar de modo satisfatório do ENEM e atuarem socialmente.

Considerações Finais

Com os breves apontamentos efetivados até o momento, mesmo sabendo que se trata de um estudo introdutório, pode-se constatar que é necessária uma reflexão a respeito da leitura literária realizada nas escolas brasileiras, principalmente no que diz respeito ao modelo de projeto que é executado na maioria das escolas.

Evidencia-se, assim, que é preciso refletir e continuar estudando sobre a leitura literária no ambiente escolar, pensando em rever como os docentes abordam esse tipo de leitura nas aulas de Língua Portuguesa e de Literatura, para que os alunos, nessas fases do ensino, sejam levados a adquirir o gosto pela leitura, e não aversão a ela.

No ensino médio, que foi a fase de ensino mais focalizada em nossas ponderações, a questão da leitura literária é ainda mais complexa, uma vez que a disciplina de literatura não tem desempenhado, na maioria das vezes, o papel de oportunizar a leitura aos alunos, pois, por vários fatores, como a quantidade de aulas semanais e o próprio currículo estabelecido, o

tempo para leitura é escasso; e, normalmente, é apenas para o estudo de dados historiográficos dos períodos literários e autores.

Salienta-se, então, que partindo dos apontamentos e reflexões desse texto, percebe-se a importância da continuidade do estudo com mais afinco, pesquisando novos autores que se debruçam sobre o assunto e mesmo textos divergentes, com opiniões distintas, para que se busque e se crie fundamentações para guiarem a prática docente.

Referências

- BRASIL. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Linguagens, Códigos e suas tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação, 2006.
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In. *Vários escritos*. 3. ed. Ver. E ampl. – São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- CEREJA, William Roberto. *Ensino de literatura: uma proposta dialógica para o trabalho com literatura*. São Paulo: Atual, 2005
- ECO, Umberto. *Sobre a literatura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- MAGNANI, Maria do Rosário M. “Sobre o Ensino da Leitura”. *Leitura, Teoria & Prática*. Campinas, ALB, nº 25, junho, 1995.
- MARTINS, Aracy; VERSIANI, Zélia. Apresentação. In. PAIVA, A.; MARTINS, A., PAULINO, G., VERSIANI, Z. (Org.). *Leituras literárias: discursos transitivos*. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2008.
- MOISÉS, Leyla Perrone. O ensino da literatura. In. *Literaturas, arte, saberes: Sandra Nitri coordenedora... [et al]*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: ABRALIC, 2008.
- PAULINO, Maria das Graças Rodrigues. Algumas especificidades da leitura literária. In: MARTINS, A. P.; PAULINO, Z. V. G. (Org.). *Leituras literárias: discursos transitivos*. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2008.
- TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.
- ZILBERMAN, Regina. Sim, a Literatura Educa. In: ZILBERMAN; Regina, SILVA, Ezequiel Theodoro da. *Literatura e pedagogia: ponto e contraponto*. 2. ed. São Paulo: Global; Campinas, SP: ALB-Associação de Leitura do Brasil, 2008.
- ZILBERMAN, Regina; Rösing, Tania M. K. (Org.) *Escola e Leitura: velha crise, novas alternativas*. São Paulo: Global, 2009.